

Polêmica ficha infracional

ED ALVES

Da Redação

A utilização do Sistema Integrado de Gestão Escolar (Sige) como ferramenta que inclua também o histórico infracional dos alunos da rede pública pode dar muito trabalho para a Secretaria de Educação. Isso porque deve encontrar resistências e, quando implementado, deverá assegurar que será totalmente sigiloso.

Na tarde de ontem, em entrevista ao JBr, a promotora de Justiça de Defesa da Educação, Márcia da Rocha, falou sobre os obstáculos legais que a proposta enfrentará. "O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a impossibilidade de publicação de atos infracionais cometidos pelos jovens", explicou. "Essas informações referentes ao aluno são sigilosas e somente o diretor deve ter direito ao acesso", disse. "O diretor não precisa dessa ferramenta para agir de modo a evitar um conflito", completou a promotora Márcia da Rocha.

Ainda na tarde de ontem, o assessor da Secretaria de Educação, Mauro Mauro Gleisson de Castro Evangelista, enviou uma carta à redação, ressaltando o caráter sigiloso do banco de dados proposto. "O intuito não é estigmatizar o aluno ou gerar

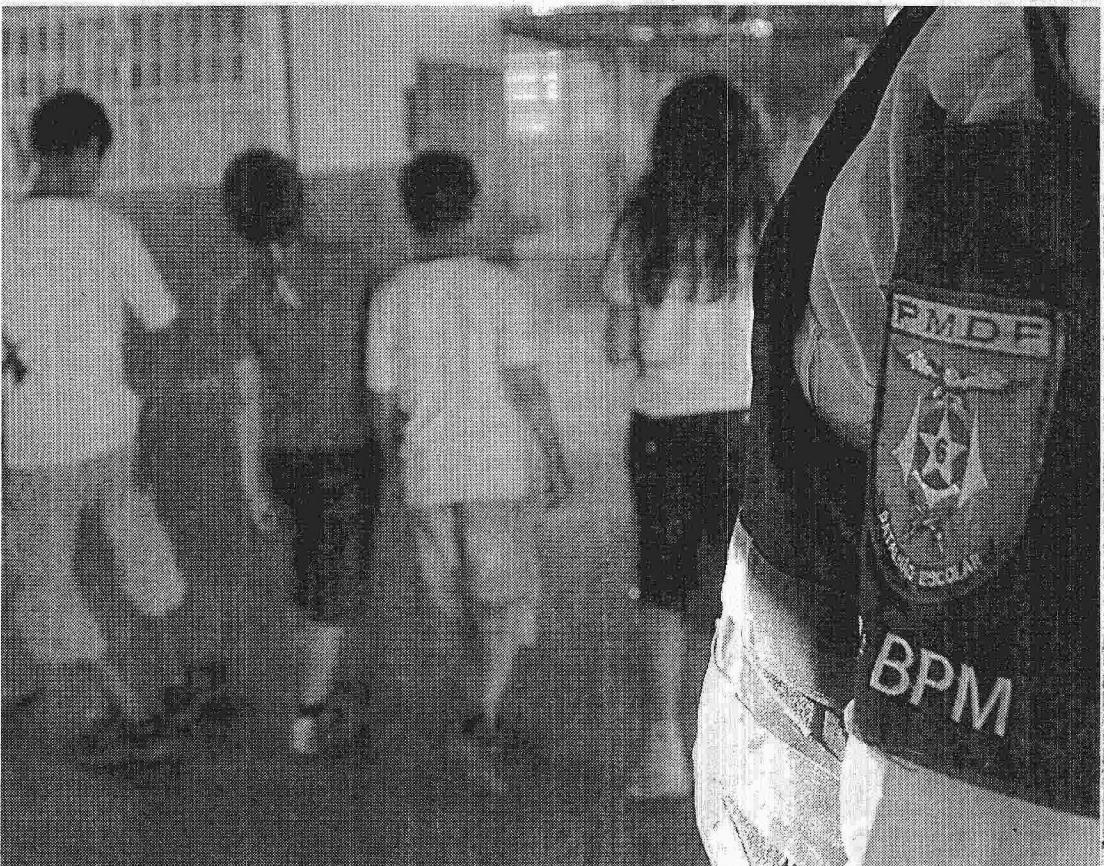
preconceito, e sim intervir antes que um simples conflito se torne infração", explicou.

A opinião da sociedade também se divide entre o enfrentamento à violência e o perigo de expor ou prejudicar os estudantes. Para a contadora Daniela Moura, o assunto é delicado. "Se for em casos graves, é uma ferramenta necessária para evitar que algo mais grave ainda aconteça, mas é complicado, pois o aluno terá uma ficha que pode acabar sendo acessada para outros fins", acredita.

"É revoltante ver a atual falta de respeito dos alunos com os professores. Essa medida seria boa para ajudar a combater a violência nas escolas", acredita o autônomo Sebastião Bezerra de Sousa, que é pai de crianças em idade escolar. Para a estudante da 8ª série do Centro de Ensino da 107 Sul, Johanny de Sá, 14 anos, o controle das infrações por meio da ficha do aluno poderia evitar prejuízos maiores.

Controle

O Sige é usado pelas mais de 600 escolas públicas do DF, mas não se estende para o ensino particular. Sobre o perigo de "fichar" apenas os alunos da rede pública, o assessor da Secretaria de Educação



■ CONTROLE INFORMATIZADO REGISTRARÁ INFRAÇÕES, PARA QUE SEJAM TOMADAS PROVIDÊNCIAS RÁPIDAS

afirma que o sistema é pago pelo contribuinte e, portanto, deve atender apenas o setor público. Para ele, isso não se traduziria em preconceito contra os alunos da rede pública. "Essa discussão seria uma experiência rica também para as

escolas particulares, que também sofrem com o problema da violência", defende Evangelista.

Para a presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinepe), Amábilis

Pacios, a medida apontaria qualidades no sentido de preparar os educadores de modo a lidar melhor com a questão. Já o diretor do Sindicato dos Professores no DF (Sinpro-DF), João Antônio Gomes, preferiu não se pronunciar sobre o assunto.